

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE nos EDcl no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº  
1.583.947 - RR (2014/0312485-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : NEUDO RIBEIRO CAMPOS**  
**ADVOGADOS : BRUNO RODRIGUES - DF002042A**  
**FREDERICO SILVA LEITE - RR000514**  
**MARCELO BRUNO GENTIL CAMPOS - RR000333A**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. ART. 5º, INCISO XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICE PROCESSUAL INTRANSPONÍVEL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 895/STF**. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por NEUDO RIBEIRO CAMPOS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdãos desta Corte, especialmente contra o acórdão proferido pela decisão proferida pela da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 3752/3753):

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PECULATO. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. IMPEDIMENTO DA RELATORA. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS. INSUBSISTÊNCIA. SÚMULA N. 7/STJ. ALEGADA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, POR NÃO COMPROVAÇÃO DA ORIGEM FEDERAL DOS RECURSOS DESVIADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. REPETIÇÃO DA PROVA PERICIAL. RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE

# Superior Tribunal de Justiça

PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DOSIMETRIA DA PENA. REPRIMENDA BÁSICA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PROPORCIONALIDADE DO AUMENTO.

1. Não ocorre violação ao art. 619 do Código de Processo Penal, no caso, porquanto exaurido integralmente, pelo Tribunal *a quo* o exame dos argumentos defensivos referentes ao impedimento da relatora, à competência da Justiça Federal, à conexão/continência, à comprovação da prática do crime de peculato pelo recorrente e à exasperação da pena-base, sendo dispensáveis quaisquer outros pronunciamentos supletivos, mormente quando postulados apenas para atender ao inconformismo do recorrente que, por via transversa, tenta modificar a conclusão alcançada pelo acórdão. Precedentes.

2. *"Não subsistindo, em princípio, as causas de impedimento e suspeição, em decorrência do desmembramento da primitiva ação penal, desaparece o eventual constrangimento, devendo o processo retornar à deliberação do Juiz Natural, qual seja o competente, de acordo com a lei, segundo a distribuição, na data do fato"* (HC 7.177/BA, relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 30/6/1998, DJ 14/9/1998, p. 135, grifei).

3. Outrossim, atestado pelo Tribunal *a quo* a ausência de vínculo subjetivo entre o feito no qual atuou o cônjuge da desembargadora relatora e este processo, a reversão do que foi decidido, no ponto, exigiria o revolvimento fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Na hipótese, atestado pelo Tribunal de origem, com base nas provas dos autos, que as verbas desviadas referiam-se a repasses federais, efetuados por força de convênios firmados entre o Estado de Roraima e a União, de forma a atrair a competência da Justiça Federal, a mudança da conclusão alcançada no acórdão impugnado quanto ao tema exigiria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é defeso nesta instância extraordinária a teor do disposto na Súmula n. 7/STJ.

5. Tal enunciado sumular também se aplica quanto à alegada violação aos arts. 157, II, e 381, III, ambos do CPP, porquanto, relativamente à alegada necessidade de juntada de nova prova pericial, a Corte *a quo* afirmou que as provas produzidas nestes autos foram suficientes para formar a convicção dos julgadores.

6. Na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior, *"perquirir sobre a existência ou não de litispendência demanda o reexame de material fático-probatório, providência inviável em sede de recurso especial. Súmula n. 7/STJ"* (AgRg no REsp n. 1622005/PR, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 13/2/2017).

7. Na espécie, o Tribunal *a quo* categoricamente afirmou, com esboço nas provas amealhadas aos autos, consistentes nos depoimentos testemunhais, prova documental e pericial, **que o recorrente praticou o delito de peculato-desvio**. Desse modo, é inviável infirmar tal premissa, de modo a abraçar a tese defensiva de absolvição, sem o efetivo revolvimento do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice prescrito pela Súmula n. 7/STJ.

# Superior Tribunal de Justiça

8. Ainda, na esteira do entendimento firmado por esta Corte, *"mostra-se devida a fixação da pena-base acima do mínimo legal quando demonstradas, de forma concreta, as razões pelas quais foram consideradas desfavoráveis à paciente as circunstâncias e as consequências do delito"* (HC n. 190.933/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 7/2/2012, DJe 21/3/2012). Outrossim, é também proporcional o aumento efetuado.

9. Agravo regimental desprovido.

Os embargos declaratórios opostos na sequência foram rejeitados (fls. 3817/3843).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 4071/4116), sustenta a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão versada e que o acórdão recorrido viola o disposto nos artigos 5º, incisos XXXV, LIV e LV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Alega, em síntese, que teria direito, segundo as garantias do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da exigência da devida prestação jurisdicional, a que suas teses fossem examinadas, teses essas apontadas nos vários recursos interpostos no âmbito desta Corte.

As contrarrazões foram juntadas às fls. 3362/3364.

É o relatório.

**Decido.**

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça,

# Superior Tribunal de Justiça

impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno no recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto proferido no julgamento do agravo regimental pela Sexta Turma (fls. 3761/3778):

No tocante ao suscitado impedimento, assentou a Desembargadora relatora, ao analisar a questão de ordem suscitada pela defesa, *in verbis* (e-STJ fl. 2.656):

*A DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES: Senhor Presidente, vou inicialmente me manifestar sobre a questão do impedimento, em razão do julgamento pelo meu consorte de outras ações penais envolvendo os mesmos fatos. Não me considero suspeita ou impedida nos termos do art. 252 do Código de Processo Penal, porque, uma vez que fora desmembrado o processo, criaram-se a partir daí dois processos, dois feitos distintos, cada um seguindo o seu curso normal, sendo que, neste processo específico que ora trago a julgamento, não constatei, da análise que fiz, nenhuma participação sequer em despacho por parte do Desembargador Carlos Olavo Pacheco de Medeiros. (Grifei.)*

Ainda, ao testificar tal posicionamento, assim pontuou o Desembargador presidente (e-STJ fls. 2.657/2.658):

*[...] só o nome da investigação policial é o mesmo, é um negócio de gafanhoto, é como se houvesse várias casas de gafanhoto, com várias abelhas-rainhas, várias colmeias. Por isso é que não me encorajo a reconhecer este impedimento de Vossa Excelência – e veja, pelos elementos que conheço. Isso não significa que o ilustre advogado, lá adiante, não consiga fazer tal demonstração. Acho que, se nós tivéssemos – nós, que digo, Justiça – entendido que havia um concerto e uma quadrilha montada, organizada para essa finalidade, não teria dúvida, por quê? Porque o vínculo existiria de Vossa Excelência com o julgador anterior, o Desembargador Carlos Olavo. Por uma questão de conveniência processual, para não embaraçar, para não postergar ou criar estorvo à instrução processual, é que se desmembra, inclusive quando é da Corte Suprema para baixo, quer dizer, desmembra-se com essa finalidade, não que não se reconheça que há um vínculo intersubjetivo ali. Agora, há uma conveniência que fala mais alto. Como houve esse apartamento, a gestão da coisa não era uniforme, é que acompanho Vossa Excelência e afasto essa dúvida levantada pelo ilustre advogado, essa arguição de impedimento.* (Grifei.)

Acertada a solução conferida pela Corte regional quanto à alegação de impedimento.

Com efeito, conforme assentado na decisão agravada, a hipótese dos

# Superior Tribunal de Justiça

autos é diversa da taxativamente indicada pelo art. 252, I (o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito), ou pelo art. 253 (nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive), ambos do CPP. De fato, sendo o presente processo fruto de desmembramento, desfez-se o liame entre ele e eventuais feitos paralelos (nos quais tenha atuado o cônjuge da relatora).

Tal entendimento, inclusive, há muito já foi adotado nesta Corte:

PROCESSUAL PENAL. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DE JUIZ. OFENSA AO JUIZ NATURAL Esvaziada. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. **Não subsistindo, em princípio, as causas de impedimento e suspeição, em decorrência do desmembramento da primitiva ação penal**, desaparece o eventual constrangimento, devendo o processo retornar à deliberação do Juiz Natural, qual seja o competente, de acordo com a lei, segundo a distribuição, na data do fato.

2. *Ordem de "habeas corpus" não conhecida.* (HC 7.177/BA, relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 30/06/1998, DJ 14/09/1998, p. 135, grifei)

Outrossim, atestado pelo Tribunal *a quo* a ausência de vínculo subjetivo entre o feito no qual atuou o cônjuge da Desembargadora relatora e este processo, a reversão do que foi decidido, no ponto, exigiria o revolvimento fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Quanto à suscitada incompetência da Justiça Federal para o julgamento do presente feito, verifico que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com base no acervo fático-probatório constante dos autos. Confirma-se (e-STJ fls. 2.640/2.641):

A denúncia esclarece que as verbas, usadas para os pagamentos relativos à remuneração dos servidores fictícios, referiam-se a repasses federais, efetuados por força de convênios firmados entre o Estado de Roraima e a União.

Com efeito, in casu, conforme minudentemente demonstrado em sentença (fls. 1.636/1643), a análise do Laudo de Exame Econômico e Financeiro 470/04 - SETEC/SR/DPF/RR (fls. 924/940) e das Informações Técnicas 10 e 27/2003 da Polícia Federal (fls. 49/54 e 205/207) não deixa qualquer dúvida no sentido de que ao menos o valor de R\$ 644.016,07 (seiscentos e quarenta e quatro mil, dezesseis reais e sete centavos) - do montante de R\$ 226.156.714,65, cuja origem havia sido identificada até aquele momento -, era comprovadamente proveniente de convênios firmados com o Governo Federal, e foram repassados, direta ou indiretamente (via conta 31600-8 do Banco do Brasil, por exemplo), das contas vinculadas aos convênios (fl. 206), para a conta corrente 12.790-6, do Banco do Brasil, Agência 2.617-4, de titularidade do Governo do Estado de Roraima, que era, por sua vez,

# *Superior Tribunal de Justiça*

livremente movimentada - com autorização de representantes do Governo Estadual (Jorci Mendes de Almeida, então Coordenador do Tesouro e Roberto Leonel Vieira, então Secretário de Estado da Fazenda - fl. 467) - pela empresa Norte Serviços de Arrecadação e Pagamentos Ltda - NSAP para o pagamento de funcionários públicos, entre eles, funcionários "fantasmas" (fls. 205/207).

Assim, para fixação da competência da Justiça Federal - ao contrário do que alega o denunciado - indiferente se mostra que o valor de R\$ 644.016,07, oriundo de convênios federais, não corresponda ao montante total movimentado na conta 12.790-6, somente no período de 01/02/2000 a 30/04/2003 (R\$ 297.529.810,53) - conforme atestou a prova pericial supramencionada -, uma vez que foi verificada a ocorrência, no referido período, tanto da transferência do primeiro valor quanto da efetiva movimentação deste último valor, que se revela muitas vezes superior àquele, abarcando-o plenamente, por óbvio. Ademais, independentemente da não identificação precisa, nestes autos, das datas das mencionadas transferências irregulares efetivadas na conta 12.790-6, os valores referentes aos convênios federais deveriam, necessariamente, ser movimentados a partir de contas específicas vinculadas aos respectivos convênios, conforme prescreve o art. 20 da Instrução Normativa 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, dessa forma, o desvio de verbas federais para contas diversas destas, já configuraria, em tese, ilícito a ser apurado, na esfera penal, perante a Justiça Federal, posto que sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Nesse sentido, dispõe a Constituição Federal que compete ao Tribunal de Contas da União "fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;" (art. 71, VI), não havendo dúvida, portanto, a respeito da competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, IV, da Constituição Federal. Aliás, a Tomada de Contas 004.496/2001-0 relativamente ao Convênio 110/94, mencionada na denúncia, indica a efetiva fiscalização de desse tipo de repasse por parte do Tribunal de Contas da União, aplicando-se, portanto, à espécie, analogicamente, a Súmula 208 do egrégio STJ.

Os documentos apresentados pelo réu para atestar que os recursos utilizados para o pagamento de pessoal no Estado de Roraima, no período de 1998 a 2003, eram apenas verbas estaduais, não possuem o condão de elidir as conclusões extraídas das provas produzidas nos autos quanto à origem dos recursos desviados, já que o primeiro - firmado pelo Secretário de Fazenda do Estado de Roraima em 2006 (fl. 2.083) - menciona a conta 31.600-8, que acordo com o Laudo de fls. 205/207, serviu como via indireta de transferência de valores para conta 12.790-6; o segundo - certidão expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima (fl. 2.084) - foi lavrado por órgão também investigado pelo suposto envolvimento de seus membros no caso; o terceiro - assinado conjuntamente por Jorci Mendes de Almeida, Secretário de Fazenda do Estado de Roraima, e por Jander Gener César Guerreiro, Coordenador do Tesouro (fl. 2.085) - é firmado pelas mesmas pessoas que em 2003 autorizaram que representantes da NSAP movimentassem livremente a

conta 12.790 (fl. 468).

Dessa forma, a mudança da conclusão alcançada no acórdão impugnado quanto ao tema exigiria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é defeso nesta instância extraordinária a teor do disposto na Súmula n. 7/STJ.

Tais enunciados sumulares também se aplicam quanto à alegada violação aos arts. 157, II, e 381, III, ambos do CPP, porquanto, relativamente à alegada necessidade de juntada de nova prova pericial, a Corte *a quo* afirmou no julgamento dos embargos de declaração, *in verbis* (e-STJ fls. 2.709/2.710):

Contudo, da simples leitura do acórdão embargado, **vê-se que as provas produzidas nestes autos foram suficientes para formar a convicção dos julgadores em questão debatida e suficientemente fundamentada.**

A denúncia esclarece que as verbas usadas para os pagamentos relativos à remuneração dos servidores fictícios **referiam-se a repasses federais efetuados por força de convênios firmados entre o estado de Roraima e a União.**

*O acórdão embargado demonstrou detalhadamente que o Laudo de exame econômico e financeiro 470/04 - SETEC/SR/DPF/RR (fls. 924/940) e as Informações técnicas 10 e 27/2003 da Polícia Federal (fls. 49/54 e 205/207) não deixavam dúvidas acerca da origem federal de, pelo menos, R\$ 644.016,07 (seiscentos e quarenta e quatro mil, dezesseis reais e sete centavos), do montante desviado pelo esquema criminoso de R\$ 226.156.714,65 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e quatorze reais e sessenta e cinco centavos), cuja origem havia sido identificada até aquele momento, o que já é suficiente para firmar a competência da Justiça Federal (fls. 2.429/2.430) – grifei.*

Quanto à alegada afronta aos arts. 76, I e III, 77, II, 78, III, e 79 do Código de Processo Penal, o recurso não ultrapassa a barreira da admissibilidade.

É que a análise sobre a eventual litispendência também esbarraria na Súmula n. 7/STJ. De fato, na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior, "perquirir sobre a existência ou não de litispendência demanda o reexame de material fático-probatório, providência inviável em sede de recurso especial. Súmula n. 7/STJ" (AgRg no REsp n. 1622005/PR, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 13/2/2017).

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL. LITISPENDÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.  
PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE A DENÚNCIA E A SENTENÇA. OFENSA. INEXISTÊNCIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. As instâncias ordinárias, com fundamento nos elementos probatórios colhidos no curso da ação penal, afastaram a litispendência,

concluindo que não havia identidade das condutas criminosas apuradas nas duas ações penais.

2. Para desconstituir o julgado e albergar pleito no intuito de reconhecer a litispendência, seria necessário a este Sodalício aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

[...] (AgRg no REsp 1765917/CE, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 12/12/2018, grifei.)

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. APELAÇÃO. FUNGIBILIDADE. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO. INEXISTÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR O ACÓRDÃO IMPUGNADO. INSURGÊNCIA DESPROVIDA [...] LITISPENDÊNCIA. RECONHECIMENTO. SÚMULA 7/STJ**

1. O eg. Tribunal de origem não reconheceu a alegada litispendência, salientando que a conduta imputada difere daquela que foi analisada no âmbito do Processo n. 0000902-96.2012.8.22.0501.

2. Necessário reexame de fatos e provas para desconstituir o julgado, por suposta violação à lei federal, no intuito de reconhecer a litispendência apontada, providência que não encontra espaço na via eleita em razão do já mencionado enunciado sumular n. 7.

3. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg nos EDcl no REsp 1725903/RO, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 12/12/2018)

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. LITISPENDÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.**

I - De acordo com entendimento jurisprudencial desta Corte, "[p]erquirir sobre a existência ou não de litispendência demanda o reexame de material fático-probatório, providência inviável em sede de recurso especial. Súmula n. 7/STJ." (AgRg no REsp n. 1.622.005/PR, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 13/2/2017).

**II - Para que se conclua de maneira diversa, reconhecendo a identidade de partes, pedido e causa de pedir, de modo a induzir a litispendência, faz-se indispensável nova incursão no conjunto de fatos e provas dos autos, providência que não se mostra viável em sede de recurso especial, a teor do enunciado sumular n. 7 desta Corte.**

*Agravo regimental não provido.* (AgRg no AREsp 856.967/RJ, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 10/08/2017, grifei)

Acerca da afirmação defensiva de que "*a condenação não apontou fato concreto ou objetivo que justifique efetivamente a imputação, de sorte que a condenação, nesses contornos, importa*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*violação direta ao artigo 312 do Código Penal*" (e-STJ fl. 2.829), o Tribunal de origem consignou que (e-STJ fls. 2.643/2.648):

Com efeito, diante do Laudo de Exame Econômico e Financeiro 0470/04 - SETEC/SR/DPF/RR (fls. 924/940) e Informações Técnicas da Polícia Federal 10 e 27/2003 (fls. 49/54 e 205/207), assim como dos Laudos Contábeis 132/04 e 133/04 (fls. 864/903 e 904/920), não há como negar que verbas federais provenientes de convênios com a União foram indevidamente transferidas para a conta corrente 12.790-6, do Estado de Roraima, sendo movimentadas pela empresa NSAP para pagamento de vencimentos a pessoas que, por vezes - consoante se constata dos depoimentos dos próprios servidores "fantasma" -, sequer sabiam que faziam parte da folha de pagamento do Governo do Estado de Roraima ou do DER/RR, ou ao menos trabalhavam para órgãos públicos estaduais.

Ademais, conforme exposto quando da análise da preliminar de incompetência da Justiça Federal, não procedem as alegações do réu quanto a generalidade ou imprecisão da prova produzida no particular, tendo sido, inclusive, listados os convênios federais cujos créditos foram indevidamente transferidos para a conta corrente 12.790-6, conforme se vê a fls. 206/207.

Pode-se também depreender a existência do supracitado desvio de verbas federais em face dos depoimentos testemunhais colhidos nos autos, durante o Inquérito Policial (que foram parcialmente transcritos no bojo da inicial acusatória, conforme se vê na parte inicial deste Voto), assim como, em Juízo (que foram transcritos na sentença recorrida, a fls. 1.677/1.682).

A materialidade do delito de peculato encontra-se, portanto, amplamente demonstrada nos autos, já havendo, inclusive - conforme mencionado anteriormente -, a condenação, em processos conexos - em primeira e segunda instâncias -, de co-réus do denunciado, pela prática do mencionado delito, relativamente aos mesmos fatos apurados neste feito.

No que tange à autoria delitiva, contudo, alega o denunciado que as únicas provas existentes nos autos correspondem aos testemunhos de DIVA DA SILVA BRIGLIA e CARLOS EDUARDO LEVISCHI, co-denunciados pelo envolvimento nos mesmos fatos aqui apurados e com interesse na incriminação de terceiros no caso, inclusive, a fim de serem beneficiados pela delação premiada.

Contudo, como bem salientado em sentença (fl. 1.676/1.677), é assente a validade e valor probatório do testemunho de co-réus para fundamentar um eventual decreto condenatório, desde que corroborado por outras provas constantes dos autos (inter plures: STF, HC 75.226-8, Relator Ministro Marco Aurélio, 19/09/1997; TRF/1ª Região, ACR 2003.35.00.001211-5, 4ª Turma, Rel. Desembargador Federal Hilton Queiroz, e-DJF1 de 16/04/2010, p. 198), pelo que os testemunhos de Diva Briglia e de Carlos Levischi, assim como o de Sônia Pereira Nattrodt, não devem ser simplesmente ignorados, como sugere o apelante, mas apreciados à luz de todo o conjunto probatório coligido nos autos.

Nesse raciocínio, apesar dos depoimentos testemunhais produzidos, em Juízo, no Processo 2004.42.00.000149-1 (do qual se originou o presente feito) não fazerem menção direta ao ex-Governador Neudo

Campos, mas apenas aos co-réus GELB, HAVANY E ADLAMAR PEREIRA (fls. 1.231/1.244), tenho que outros depoimentos testemunhais constantes dos autos - produzidos em mídia eletrônica perante o Juízo processante (após o desmembramento deste feito), ou nestes autos coligidos como prova emprestada dos vários feitos a ele conexos (fl. 1.229) - encontram-se em perfeita harmonia com as demais provas produzidas, durante Inquérito Policial e na Instrução Criminal, já amplamente referenciadas na denúncia e na própria sentença recorrida, pelo que destaco apenas os seguintes:

Os depoimentos, em Juízo, de Diva da Silva Briglia (Secretária de Administração do Governo do Estado de Roraima nas gestões de Neudo Campos e Flamarion Portela, seu sucessor, e co-ré no caso em comento) que descrevem o envolvimento direto do réu Neudo Campos no desvio de verbas, por meio da criação, sem qualquer previsão legal, da folha de pagamento Tabela Especial de Assessoria - TE-ASS, assim como a indicação e supervisão, feita pessoalmente pelo então Governador Neudo Campos, de nomes de funcionários "fantasmas" que nela foram incluídos:

"(...) essas listas eram autorizadas pelos governadores NEUDO e FLAMARION, o primeiro com número bem maior de pessoas e o segundo com número menor de pessoas (...) acha que GELB PEREIRA chegou a ter uma 200 pessoas nessa folha com a média salarial de R\$ 1.000 por pessoa; além do quantitativo da folha TE-ASS o Governador NEUDO CAMPOS lhe pedia bimestralmente um acompanhamento detalhado de quantas pessoas cada deputado ou autoridade tinha indicado e o valor total das indicações (...)" (em Juízo, no processo original 2004.42.00.000149-1, fl. 1.179, antes do desmembramento deste feito)

"(...) o então Governador NEUDO CAMPOS fazia questão de pedir não somente o valor total dessa folha como a relação contendo os nomes dos Deputados e soma dos valores das pessoas indicadas por eles (...) nos primeiros meses de 1999 foi chamada pelo Governador NEUDO CAMPOS e recebeu ordem de abrir uma folha de assessoria com salários diferenciados daquela criada por lei; tal folha ficaria vinculada ao Gabinete Civil; tal folha é a dos 'gafanhotos' (...) ninguém foi incluído ou excluído sem a autorização do Governador (...)" (prova emprestada, produzida, em Juízo, no Processo 2005.42.00.002435-5, fls. 1.247 e 1.248)

"(...) cada deputado sabia sua relação de indicados e não sabia dos demais, a não ser que soubessem entre eles; a interrogada mantinha controle sobre a relação de cada deputado, somente tendo acesso a ela as Senhoras SÔNIA e ANA ILZA, além do Governador NEUDO CAMPOS que periodicamente pedia o valor da folha e a indicação de cada deputado: era o governador NEUDO CAMPOS quem controlava quanto cada deputado podia indicar, porque era ele quem mandava as relações para a interrogada: no começo ele despachava na própria relação 'DIVA para atender' e depois despachava em fotocópias dos próprios documentos das pessoas: a interrogada era procurada diretamente por eles para fazer inclusões, mas não os atendia e pedia que eles retornassem com autorização do NEUDO CAMPOS (...)" (prova emprestada, produzida, em Juízo, no processo 2003.42.00.002910-3, fl. 1.252)

O testemunho, em Juízo (constante em mídia eletrônica e transcrito

# *Superior Tribunal de Justiça*

em sentença, a fls. 1.665/1.669), de Sônia Pereira Nattrodt (Diretora da Folha de Pagamento da Secretaria de Administração do Governo do Estado de Roraima na gestão de Flamarion Portela, sucessor do ex-Governador Neudo Campos), que, após descrever o esquema de desvio de verbas públicas por meio de cotas a políticos e membros do Tribunal de Contas do Estado, informa que "(...) essas cotas eram distribuídas a deputados que davam apoio ao Governador NEUDO CAMPOS (...)", e mais, que "essa forma de administração pública não começou no Governo de FLAMARION PORTELA porque ela já veio do Governo de NEUDO CAMPOS(...)" (fl. 1.669).

Note-se, nesse sentido, que o próprio réu atesta, em Juízo - no processo original 2004.42.00.000149-1 (do qual o presente feito foi desmembrado) que o ex-Deputado Estadual GELB PEREIRA - já sentenciado pelo TRF/1 Região, naquele feito, por sua participação no esquema criminoso em foco - exerceu a função de líder do seu Governo na Assembléia Legislativa do Estado de Roraima. Confira-se, in verbis:

"(...) em parte de seu segundo mandato como Governador o então Deputado Estadual GELB PEREIRA foi seu líder na Assembléia Legislativa (...)"(fl. 1.194).

Ademais, o próprio réu, também em Juízo - desta feita no Processo 2003.42.00.002910-3 -, reconheceu ter plena ciência da existência da Tabela Especial Assessoria - TE-ASS, afirmando, expressamente, que "despachou" no sentido da criação de tal folha "extra" de pagamento, além de ter sido efetivamente informado pela Secretária de Administração, Diva Briglia, a respeito de listas de pessoas, indicadas por Deputados, a serem nela incluídas, tendo, ainda, pessoalmente despachado para inclusão de pessoas em tal folha de pagamentos, tudo isso, a despeito das folhas de pagamento, regularmente previstas em lei, encontrarem-se reconhecidamente no limite legal de gastos com pessoal. Veja-se, in verbis:

"(...) acha que a Tabela Especial Assessoria foi criada em seu Governo, acredita que no segundo mandato; a criação dessa tabela decorreu de pressões por emprego e pressões sociais, inclusive por migração de pessoas e tinha caráter provisório (...) provavelmente a indicação da criação da Tabela Especial Assessoria veio da Secretaria de Administração, como uma solução de caráter provisório até a realização de concurso público, provavelmente da Senhora DIVA BRIGLIA; no 'despacho' em que o interrogado tomou a decisão de criar a Tabela Especial Assessoria, provavelmente estava presente a Senhora DIVA BRIGLIA, e com certeza não estavam presentes FLAMARION PORTELA e CARLOS LEVISCHI; não se lembra do detalhe de quantas pessoas iam fazer parte dessa Tabela Especial Assessoria e nem os salários a serem pagos; esta tabela especial veio para socorrer a situação que estava crescente, embora existissem as folhas de comissionados, efetivos, tabela especial e FUNDEFÉ, que, segundo informações da assessoria técnica, não tinha mais como absorver porque tinham chegado aos seus limites; não sabe a explicação técnica porque os recursos federais provenientes de convênios eram transferidos das contas específicas para conta única do Estado, sendo isto uma decisão técnica inerente ao Secretário da Fazenda (...) despachou muitas vezes para a

inclusão, havendo disponibilidade e compatibilidade com o currículo, na folha de pagamento da Tabela Especial Assessoria (...) não tratou certamente todo mês com DIVA BRIGLIA sobre a folha de pagamento da Tabela Assessoria Especial, sendo certo afirmar que tratou com ela algumas vezes, sempre preocupado com a disponibilidade financeira do Estado para fazer face ao pagamento de todas as folhas; algumas vezes DIVA BRIGLIA apresentou ao interrogado relações de pessoas com a respectiva indicação do deputado; o interrogado como governador não tinha controle e não tinha como olhar, nem tinha tempo para olhar essas coisas (...)”(fl. 1.273)

No mesmo sentido, Diva da Silva Briglia, esclarece, nos autos do Processo 2003.42.00.002910-3, que a tabela TE-ASS foi criada justamente porque o gasto do Governo com pessoal já encontrava-se acima do previsto em lei, conforme se vê a fl. 1.251 dos presentes autos, in verbis:

"(...) a Tabela Especial Assessoria foi criada porque a Tabela Especial, criada por lei, estava com o seu limite de pessoal muito acima do previsto na lei específica (...)” (fl. 1.251)

Por outro lado, o testemunho, em Juízo - no Processo 2005.42.00.001514-7 (fl. 1.259), de Carlos Eduardo Levischi (Diretor-Presidente do Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de Roraima - DER/RR, na gestão de Neudo Campos, co-réu confesso no aludido "esquema" criminoso) esclarece que o esquema se estendeu ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Roraima - DER/RR, in verbis:

"(...) todos os recursos que o DER recebia vinham da Secretaria de Fazenda do Estado; as contas específicas dos convênios federais tinham seus recursos transferidos para a conta única do Estado de Roraima ou para a conta única do DER/RR, segundo a ordem do então Governador NEUDO CAMPOS; através dos extratos das contas específicas isto pode ser constatado; os 'gafanhotos' eram inseridos na folha de pessoal do DER/RR, sendo que os funcionários recebiam crédito em conta corrente e os 'gafanhotos' recebiam pelo NSAP; os recursos de convênios federais eram utilizados para essa finalidade; efetivamente os recursos públicos federais foram desviados (...)” (fl. 1.259)

Destaco ainda os seguintes excertos dos depoimentos prestados, em Juízo - no presente feito -, por MARIA DO LIVRAMENTO ALVES FERRO (Gerente de Recursos Humanos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Roraima - DER/RR, na gestão do ex-Governador Neudo Campos) e ANA ILZA SILVA COELHO (Diretora da Folha de Pagamento da Secretaria de Administração do Governo do Estado de Roraima na gestão do ex-Governador Neudo Campos), em transcrição parcial do conteúdo do DVD acostado a fl. 1.399, as quais, ao que consta, não foram denunciadas como co-rés em nenhum dos processos instaurados para apuração dos fatos em comento, contudo, atestam a participação direta do ex-Governador Neudo Campos no esquema de desvio de verbas federais, tanto no âmbito da Administração Geral quanto do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/RR, em perfeita harmonia com os depoimentos dos co-reus Diva Briglia, Carlos Levischi e Sônia Nattrodt, que foram referenciados na sentença

# *Superior Tribunal de Justiça*

recorrida. Confira-se, in verbis:

"(...) QUE conhece quase todos os acusados; QUE tem conhecimento sobre o esquema dos Gafanhotos; QUE na época trabalhava na DER na função de Gerente de Recursos Humanos; QUE existia uma Folha de Pagamentos paralela, QUE existia 2 Folhas pagamentos; uma folha de pagamentos da função gratificada e uma folha de pagamentos do contrato especial, onde neste último, eram inclusos todos os funcionários que não ocupavam cargos de função gratificada inclusive a referida lista dos Gafanhotos; QUE recebia a referida lista do Diretor Presidente da casa, na época. Carlos Eduardo Levischi; QUE Carlos Eduardo Levischi em uma reunião com o Governador, na época, Neudo Ribeiro Campos, recebeu a autorização deste para incluir nomes de pessoas na Folha de Pagamentos, onde esses nomes eram repassados através de uma lista feita e entregues por alguns Deputados Estaduais à Carlos Eduardo Levischi; QUE as pessoas da lista não trabalhavam no DER; QUE os dois primeiros pagamentos foram sacados e pagos diretamente pela Depoente aos Deputados, que recebiam pessoalmente os salários das pessoas da lista sem nenhuma procuração; QUE posteriormente começaram a efetuar estes saques por meio de urna procuração; QUE a época eram vários os Deputados que recebiam estes valores. QUE a Sra Diva era de outra Secretaria; (...) QUE no período de 1997 à 2001 foi Chefe da Folha de pagamentos do DER e nesse período o Governador era Neudo Ribeiro Campos. QUE a depoente e o Carlos Eduardo Levischi saíram do DER quando ocorreu a extinção deste, já no Governo de Flamarion Portella, o qual sucedeu Neudo Ribeiro Campos; QUE não ocorreu nenhum tipo de atrito da Depoente e Carlos Eduardo Levischi com Neudo Ribeiro Campos durante o Governo deste; QUE o Carlos Eduardo Levischi era de muita confiança de Neudo Ribeiro Campos; QUE Carlos Eduardo Levischi não mencionou qual era o objetivo do esquema da Folha de Pagamentos, mas que o Governador tinha que cumprir compromissos acordados com alguns Deputados; Que na época os Deputados eram beneficiados com valores em dinheiro, onde alguns Deputados individualmente recebiam R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) mensais e outros recebiam R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); Que a inclusão de pessoas na folha foi a única opção encontrada para que o Governador conseguisse cumprir com o acordo com os referidos Deputados Estaduais; QUE os Deputados conseguiam receber estes valores através de procurações; QUE as pessoas que estavam incluídos na folha e as que se tornaram procuradoras destes Deputados eram pessoas ligadas aos Deputados; QUE nem todas as pessoas inclusas na folha sabiam que seus nomes estavam nesta; QUE os valores recebidos não eram entregues de forma integral às pessoas, uma vez que a parte maior destes salários das pessoas da lista ficavam com os referidos Deputados; (...) QUE era repassado ao Carlos Eduardo Levischi o controle da quantidade de pessoas da lista de forma mensal e que este mesmo controle era informado ao Governador Neudo Ribeiro Campos" (Maria do Livramento Alves Ferro)

"(...) QUE no período de 1999 à 2002 trabalhava na Secretaria de Administração na Folha de Pagamento do Estado; QUE não era colega de trabalho da Sra Sônia Nattrodt, pois esta a sucedeu; QUE era chefe

da Folha de Pagamento da SEAD; QUE quando pegou a chefia da Folha de Pagamento já existia a Folha TE-ASS mas esta era com outra nomenclatura a qual não se recordava no momento; QUE a TE-ASS foi implementada e determinada pela Secretária de Administração da época. Prof Diva Briglia, (...) QUE durante o período que ficou chefiando se recorda que o montante mensal da folha chegava aproximadamente entre 1,3 e 1,5 (um milhão e trezentos/ um milhão e quinhentos reais, respectivamente) entre bruto e líquido. QUE alguns nomes que eram enviados à lista de pagamentos vinham por meio de indicação de alguns deputados; Que confirma o depoimento de forma integral prestado à Polícia Federal o qual consta em fls. 139 a 145 e faz a ressalva de que nunca havia recebido bilhetes e sim as folhas com despachos o qual eram efetuados para execução do trabalho (...)" (Ana Ilza Silva Coelho)

Vê-se, portanto, que resta sobejamente comprovado nos autos que a folha TE-ASS foi criada, sem qualquer previsão legal, pelo ex-Governador Neudo Campos e implementada pela Secretária de Administração de seu governo, a Sra Diva Briglia, para que pessoas, indicadas por diversas Autoridades da bancada de apoio ao governo e que nunca vieram a trabalhar efetivamente junto à Administração Estadual, fossem incluídas em folha de pagamento do Governo do Estado, sendo necessário, para tanto, que seus nomes passassem pelo crivo do Governador, que autorizava tal inclusão e supervisionava a evolução da mencionada folha, por meio das informações prestadas periodicamente por Diva Briglia, que era a responsável pela operacionalização do pagamento indevido. Semelhantemente, evidencia-se da análise dos autos - a despeito de aqui não terem sido tecidas maiores considerações no particular - que o esquema foi também implementado no âmbito do Departamento Estradas de Rodagem - DER/RR, desta feita, com a operacionalização a cargo de Carlos Levischi, seu Diretor-Presidente, com a autorização do denunciado Neudo Ribeiro Campos.

Ademais, a própria criação, por parte do denunciado, de uma folha "extra" ou "paralela" - sem previsão legal - para o "atendimento do clamor de terceiros", a despeito da impossibilidade de contratação de pessoal pela via apropriada, evidencia que o denunciado tinha plena consciência de que somente com recursos estaduais não seria possível suprir o pagamento desse novo quadro de pessoal.

Ora, a responsabilidade de gestão de verbas federais cabe, em primeiro plano, ao Governador do Estado, que tem o dever legal de prestar contas ao TCU da sua utilização, nos estreitos limites da finalidade do respectivo convênio celebrado com a União. Ademais, é regra comezinha de economia e finanças que, para realização de uma despesa, haja a respectiva fonte de custeio de tal gasto, o que torna absolutamente inverossímil que o Chefe do Governo Estadual, tenha pessoalmente autorizado tão expressiva despesa com funcionalismo sem ter a menor idéia de onde seriam alocados os recursos para tanto, deixando a critério absoluto de seus assessores a resolução do impasse.

A autoria delitiva imputada ao denunciado Neudo Ribeiro Campos, encontra-se, portanto, suficientemente demonstrada nos autos, não se dando o caso de responsabilização penal objetiva do réu, eis que demonstrado o nexo de causalidade entre sua conduta e o dano causado

# Superior Tribunal de Justiça

ao Erário, assim como o dolo do agente no caso, pelo que a condenação pela prática do delito de peculato é, de fato, medida que se impõe no caso.

Conforme se pode inferir do trecho supratranscrito, também quanto ao tópico em análise, a mudança do que foi decidido pelas instâncias ordinárias demandaria o reexame de provas, pretensão incompatível com a via eleita, ante o teor da Súmula n. 7/STJ.

Finalmente, no que diz respeito à dosimetria, a defesa alegou que a pena-base teria sido fixada acima do mínimo estabelecido na lei de maneira inidônea e desproporcional.

No ponto, consta do acórdão recorrido (e-STJ fls. 2.650/2.652):

Da dosimetria da pena aplicada ao delito de peculato

Em face das circunstâncias judiciais a que alude o art. 59 do Código Penal, o Magistrado a quo passou à individualização da pena do delito capitulado no art. 312, caput, do Código Penal, da seguinte maneira:

"(...) Quanto ao crime de peculato (art. 312, caput, do CP) a conduta do réu NEUDO RIBEIRO CAMPOS apresenta **grau máximo de reprovabilidade** tendo em vista que **na trama criminosa engendrada pelo mesmo e por seus comparsas aproveitava-se de pessoas humildes (analfabetos, indígenas, idosos, etc) que não tinham conhecimento de suas inclusões na folha de pagamento do Estado de Roraima e tiveram seus salários desviados. Com isso ocorreu gravíssima lesão aos cofres públicos, com o desvio de cifras milionárias, incluindo verbas federais.**

A **culpabilidade** do acusado é acentuada, possui formação, apresenta dolo intenso, é plenamente capaz e imputável, possui formação superior e perfeita consciência da gravidade da conduta típica perpetrada. Verifica-se, pois, que dele era esperada conduta absolutamente diversa da adotada, mormente porque **o crime foi praticado no exercício do cargo de Governador do Estado de Roraima e com uso indevido dos poderes inerentes a este superior cargo público eletivo, quando deveria ter prezado pela total moralidade administrativa.**

Os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime são-lhe também desfavoráveis, haja vista o **volume de recursos públicos desviados em troca do apoio político e para fins eleitorais.** No esquema criminoso objeto deste processo, que envolveu o ex-Governador NEUDO RIBEIRO CAMPOS, ex-Deputado Estadual GELB PEREIRA e suas irmãs EDLAMAR PEREIRA e HAVANY PEREIRA **foram desviados mais de um milhão de reais**, conforme se verifica dos Laudos Periciais de fls. 864/903 e 904/640.

**Evidentemente que o desvio de tão vultosa quantia prejudica a realização de obras e a prestação de serviços públicos tais como o de saúde, segurança, educação, entre outros.**

Por isso que as **consequências do delito para a Administração foram e são extremamente danosas, em face do vulto dos recursos desviados, o que também influencia na fixação da pena-base.**

Não consta dos autos informações sobre a personalidade do acusado, nem sobre a existência de condenação anterior ou notícia de

antecedentes criminais, embora as certidões de fls. 1601/1611 registrem o seu envolvimento com dezenas de outras ações penais. Inexistem, ainda, nos autos, elementos concretos, que possam macular a conduta social do réu.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe a pena-base pela prática do crime de peculato previsto no art. 312, caput, do Código Penal, em 06 (seis) anos de reclusão e a 200 (duzentos) dias-multa, à razão de 2/3 (dois terços) do salário mínimo vigente à época do fato, devidamente atualizada.

Na segunda fase de aplicação da pena observo a ausência de circunstâncias atenuantes.

Por outro lado, ante a natureza do crime ora em análise e tendo em vistas as circunstâncias judiciais acima analisadas e a causa de aumento prevista no § 2º, do art. 327 do Código Penal, para não incorrer em bis in idem, deixo de considerar as agravantes previstas no art. 61, II, "g" e art. 62, I e III, ambos do Código Penal.

Na terceira fase do "Método Hungria" verifico que inexistente causa de diminuição de pena.

*No entanto, incide na espécie a causa de aumento, prevista no art. 327, 2º, do Código Penal [...].*

[...]

Portanto, com a incidência da causa de aumento prevista no § 2º, do art. 327, do Código Penal, a pena deve ser aumentada da terça parte ficando em 08 (oito) anos de reclusão e 266 (duzentos e sessenta e seis) dias-multa.

O crime, comprovadamente, foi praticado de forma reiterada. Com efeito, entre os anos de 1999 a 2002, com periodicidade mensal e em nome de mais de quarenta pessoas, foi desviado quantia superior a um milhão de reais da folha de pagamento do Estado de Roraima, aí incluídas verbas federais, conforme atestam os Laudos Periciais de fls. 864/903 e 904/640.

Por isso, tendo em vista a caracterização da continuidade delitiva (art. 71, do CP) e o número de peculatos praticados (STJ, HC nº 12386, 5ª Turma, Rel. Min. Félix Fischer, DJ de 25/9/2000), a pena deve ser aumentada em 2/3 (dois terços). Desse modo, elevo a reprimenda ao patamar de 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 360 dias-multa, à razão de 2/3 (dois terços) do salário-mínimo vigente à época do fato, devidamente atualizada quando da execução, pelo que a torno definitiva (...)" (fls. 1.693/1.696).

Vê-se, portanto, que, ao contrário do que alega o apelante, a culpabilidade do réu, assim como os motivos, circunstâncias e consequências do delito a ele imputados foram corretamente apreciados pelo Magistrado sentenciante, não merecendo qualquer reforma o decisum condenatório nesse particular.

Com efeito, a culpabilidade do réu excede os limites estabelecidos no tipo penal pelo legislador, eis que - nos termos expressos em sentença - "o crime foi praticado no exercício do cargo de Governador do Estado de Roraima e com uso indevido dos poderes inerentes a este superior cargo público eletivo, quando deveria ter prezado pela total moralidade administrativa".

# Superior Tribunal de Justiça

Semelhantemente, os motivos ("apoio político e fins eleitorais" - a cooptação de votos em seu favor), as circunstâncias ("aproveitava-se de pessoas humildes (analfabetos, indígenas, idosos, etc) que não tinham conhecimento de suas inclusões na folha de pagamento do Estado de Roraima e tiveram seus salários desviados") e as consequências do delito ("o desvio de tão vultosa quantia prejudica a realização de obras e a prestação de serviços públicos tais como o de saúde, segurança, educação, entre outros"), foram, também, corretamente considerados como circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, não se constituindo, à toda evidência, elementos abstratamente previstos pelo legislador no próprio tipo penal.

*Por outro lado, evidencia-se dos autos que o crime foi perpetrado por muito mais do que sete vezes, notadamente em razão do grande número de gafanhotos e do longo período em que perpetrada a fraude, pelo que se impõe, na forma da doutrina e da jurisprudência, a manutenção da fixação do aumento, pela continuidade delitiva, em 2/3 (dois terços) na forma da doutrina e da jurisprudência sobre o assunto: [...]*

*[...]*

*Consideradas todas as demais peculiaridades do caso concreto, tenho que restou corretamente fixado, pelo Magistrado a quo, o quantum da pena para o delito de peculato ("13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e [...] 360 dias-multa, à razão de 2/3 (dois terços) do salário-mínimo vigente à época do fato"), dentro dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, sendo, assim, atendidos, na espécie, os fins de repressão e prevenção à prática delituosa em foco. (Grifei.)*

Constata-se, portanto, que a fixação da pena-base acima do mínimo legal decorreu da análise dos elementos fáticos dos autos. O Tribunal de origem valorou negativamente as circunstâncias judiciais baseando-se, portanto, em elementos concretos e dentro do critério da discricionariedade vinculada do julgador, não havendo, por isso, que se falar em ausência de fundamentação.

Ademais, no entendimento deste Tribunal Superior, "a exasperação da pena-base não se dá por critério objetivo ou matemático, uma vez que é admissível certa discricionariedade do órgão julgador, desde que vinculada aos elementos concretos dos autos" (HC n. 240.007/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 11/6/2015), como ocorreu na hipótese dos autos.

E ainda:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 171 DO CÓDIGO PENAL. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. CONDUTA SOCIAL E CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. FUNDAMENTOS CONCRETOS. CULPABILIDADE E MOTIVOS DO CRIME. FUNDAMENTOS ABSTRATOS. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

*[...]*

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, A exasperação

da pena-base não se dá por critério objetivo ou matemático, uma vez que é admissível certa discricionariedade do órgão julgador, desde que vinculada aos elementos concretos dos autos (AgInt no HC 352.885/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 09/06/2016).

[...]

6. *Agravo regimental parcialmente provido, para conhecer do agravo em recurso especial e dar-lhe parcial provimento para fixar a pena do agravante em 2 anos e 6 meses de reclusão e 50 dias-multa, em regime semiaberto.* (AgRg no AREsp 301.889/MG, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016.)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MALFERIMENTO AOS ARTS. 59 DO CP E 42 DA LEI N.º 11.343/06. DOSIMETRIA. PENA-BASE. QUANTUM DE AUMENTO. DISCRICIONARIEDADE DO JUÍZO. VIOLAÇÃO AO § 4º DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255/RISTJ. INOBSERVÂNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE A QUANTIDADE DO ENTORPECENTE APREENDIDO NÃO JUSTIFICARIA, POR SI SÓ, A IMPOSIÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSÍVEL. DEMAIS PLEITOS PREJUDICADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A confecção da dosimetria da pena não é uma operação matemática, e nada impede que o magistrado fixe a pena-base muito além do mínimo legal, ainda que tenha valorado tão somente uma circunstância judicial, desde que haja fundamentação idônea e bastante para tanto (STF, RHC 101576, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, PUBLIC 14-08-2012).

[...]

5. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no AREsp 933.564/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016.)

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIMENTO.

[...]

2. A ponderação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não é uma operação aritmética, em que se dá pesos absolutos a cada uma delas, a serem extraídas de cálculo matemático levando-se em conta as penas máxima e mínima cominadas ao delito cometido pelo agente, mas sim um exercício de discricionariedade vinculada.

3. In casu, o paciente possui condenações com trânsito em julgado em seu desfavor, as quais justificam a fixação da pena-base acima do mínimo legal nos termos em que procedido.

# Superior Tribunal de Justiça

[...]

2. *Habeas corpus* não conhecido. (HC 358.141/SP, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/9/2016, DJe 21/9/2016.)

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo regimental.**

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Em relação à suposta violação do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, no julgamento do RE 956.302/GO, também sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal acolheu a tese de que "a questão da ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, **quando há óbice processual intransponível ao exame de mérito**, ofensa indireta à Constituição ou análise de matéria fática, tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral" (Tema 895/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do julgado:

PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICES PROCESSUAIS INTRANSPONÍVEIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. MATÉRIA FÁTICA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. Não há repercussão geral quando a controvérsia refere-se à alegação de ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, nas hipóteses em que se verificaram óbices intransponíveis à entrega da prestação jurisdicional de mérito. (RE 956.302/GO RG, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 19/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-124 DIVULG 15-06-2016 PUBLIC 16-06-2016)

Ressalte-se, ademais, que, no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que trata da ofensa a normas penais e processuais penais.

Segue a ementa do aresto:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas

# *Superior Tribunal de Justiça*

infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748.371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

